

1 **ATA DA CENTÉSIMA OITAVA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
2 **NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA.**

3 Às nove horas e trinta minutos do dia oito de outubro de dois mil e três deu-se início a Centésima  
4 Oitava Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente –  
5 CONANDA, presidida pelo Vice-Presidente do Conselho José Fernando da Silva (ABONG).  
6 Estiveram presentes os conselheiros Titulares: Simone Mariano da Rocha (ABMP); Cláudio  
7 Augusto Vieira da Silva (Fundação Fé e Alegria); Elizabete Borgianni (CFESS); Maria Izabel da  
8 Silva (CUT); Maria das Graças Fonseca Cruz (CNBB); Laura Nazareth de Azevedo Rossetti  
9 (FENAPAES); Marcos Antonio Paiva Colares (OAB); Alessandro Victor Gama e Silva  
10 (MNMMR); Nilmário Miranda (SEDH); Ana Maria Ângela Bravo Villalba (Minc); Regina Helena  
11 Dantas Simões Chacur (MF); Estiveram também presentes os conselheiros governamentais  
12 suplentes que assumiram a titularidade nesta Assembléia; Mari Lane de Carvalho (MEC); Milda  
13 Moraes (MAS); Patrícia Abrahan Cunha da Silva (MF). O Ministério da Saúde enviou o  
14 representante Sr. Feizi Mashour Milani e o Ministério das Relações Exteriores foi representado pelo  
15 Sr. Christiano Figueirôa. Por motivo de ausência justificada da representante da Sociedade  
16 Brasileira de Pediatria, foi convocada e esteve presente a conselheira suplente Beatriz Hobold  
17 (Pastoral da Criança). Estiveram ainda presentes os conselheiros suplentes não governamentais:  
18 Pedro Vilmar Ost (UBEE); Miguel Angel Cal Gonzáles (CFP); Welinton Pereira da Silva (Visão  
19 Mundial); Jessimar Dias Pereira (Salesianos – Inspeção São João Bosco); Antonio Pereira da Silva  
20 Filho (CGT); Maria de Lourdes Alves Rodrigues (Fundação Abrinq) Apresentaram justificativas  
21 pela ausência os conselheiros governamentais: Mario Mamede (SEDH); Regina Affonso (MS);  
22 Eridan Suelena Leão de Souza (MAS); Hildebrando Tadeu (MRE) e Tânia Maria Eller Cruz  
23 (MPOG). O Vice- Presidente abriu os trabalhos submetendo a pauta à plenária, tendo a mesma sido  
24 aprovada com inserções pertinentes para alguns itens da mesma. **I – Informes:** 1) A conselheira  
25 Maria Izabel solicitou informações a respeito dos lançamentos do Plano Presidente Amigo da  
26 Criança e do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do

27 Trabalhador Adolescente; 2) O Sr. José Eduardo informou sobre o lançamento do Guia Nacional  
28 pela mobilização do registro civil a realizar-se no próximo dia vinte e cinco. Neste sentido a  
29 conselheira Elisabete expôs que no Estado de São Paulo existe um provimento da justiça que  
30 determinou aos cartórios oficial à Justiça da Infância e da Juventude os registros de nascimento de  
31 partos domiciliares, a fim de que seja feito estudo social para detectar possíveis adoções irregulares  
32 que são advindas desses partos. A conselheira sugeriu que o Poder Executivo Federal proponha ao  
33 Poder Judiciário a implantação desse provimento a nível nacional; 3) A conselheira Simone também  
34 informou sobre a campanha Registre seu filho, que está sendo realizada no Rio Grande do Sul e que  
35 cinco maternidades já aderiram a campanha. Existe uma integração entre a Ouvidoria de Justiça,  
36 Secretaria de Estado da Saúde e Sindicatos dos Hospitais no sentido que todo e qualquer registro  
37 fora do tempo seja comunicado ao Ministério Público para o cruzamento dos dados. Ressaltou  
38 também que a ABMP de Goiás juntamente com o UNICEF firmaram compromisso para  
39 lançamento de experiência piloto chamada "Meu Pai Meu Direito, para emissão de registro civil e  
40 reconhecimento da paternidade; 4) A conselheira Laura informou sobre o convite do CONADE  
41 para o CONANDA participar de reunião daquele Conselho, a fim de tratarem de pontos comuns  
42 entre ambos, como por exemplo a estruturação e funcionamento dos Conselhos. O Vice- Presidente  
43 fora indicado para representar o CONANDA na referida reunião; 5) O Sr. Vicente Falqueto falou  
44 da sua participação em reunião do Fórum Social no Estado do Piauí e da difícil relação governo e  
45 sociedade nas questões relacionadas a crianças e adolescentes. Informou sobre a sua visita à  
46 Unidade de Internação Provisória do Estado e da morosidade no andamento do processo,  
47 dificultando a inauguração da nova unidade. Enquanto isso os adolescentes estão alojados em  
48 instalações precaríssimas; 6) A conselheira Simone informou sobre o Seminário Internacional do  
49 Adolescente em conflito com a Lei, abordando as medidas socioeducativas em regime fechado e  
50 aberto, na cidade de Santo Ângelo – RS. Informou ainda sobre a reunião do Conselho de  
51 Procuradores da área da infância, para debater o ato infracional, no dia dez do corrente, convidando  
52 o CONANDA para o evento. Ficou aprovado que o conselheiro Cláudio representará o Conselho no

53 referido evento. Na oportunidade informou que representou o CONANDA na abertura na  
54 Conferência Estadual do Rio Grande do Sul. 7) O conselheiro Marcos apresentou seu parecer sobre  
55 a entrevista que o Vice-Presidente dará para TV Senado quanto ao posicionamento do Projeto de  
56 Lei que dispõe sobre incidência de imposto a produtos industrializados e imposto de importação a  
57 produtos indutores da violência, especificamente no que tange a brinquedos. O Projeto de lei atribui  
58 competência ao CONANDA para estabelecer a relação dos brinquedos a serem tributados,  
59 propondo alteração da Lei de Criação do Conselho para ampliar sua competência. O conselheiro  
60 propôs que o CONANDA baixasse Resolução enumerando os brinquedos que induzem a violência  
61 e a conselheira Simone contrargumentou que esta deve ser uma preocupação do CONANDA mas  
62 que o Conselho não tem esta competência. 8) A conselheira Maria Izabel falou do documento  
63 recebido do Fórum Estadual DCA, contendo as irregularidade da Conferência Estadual do Estado  
64 de São Paulo. Foi proposto e **aprovado** enviar copia do documento ao Conselho Estadual dos  
65 Direitos da Criança e do Adolescente, para que o mesmo se posicionasse sobre o assunto. 9) A  
66 conselheira Maria das Graças informou que representou o CONANDA no Encontro de conselheiros  
67 de nove municípios do Estado e que o evento fora realizado no Município de Lafaiete. Informou  
68 também que esteve em Juiz de Fora no dia em morreu um adolescente na cadeia local. A  
69 conselheira informou que foi feito levantamento pela Frente de Defesa constatando a existência de  
70 duzentos e cinquenta e oito adolescentes presos em Cadeias Públicas do Estado e que diante disso a  
71 Frente Parlamentar fora convocada para uma audiência pública. Esclareceu que existem dois  
72 Centros de Atendimento sendo construídos com recursos federais (SEDH/SPDCA, sendo um em  
73 Montes Claros e o outro em Governador Valadares e o Estado não dispõe de contrapartida para  
74 conclusão das obras. Por fim informou sobre a realização do Fórum Social no Estado, onde terá a  
75 Tenda da Criança. Neste evento terá oficina sobre medidas socioeducativas e convidou o  
76 CONANDA para estar presente. Foi deliberado que a conselheira Rachel representará o Conselho  
77 no evento 10) O conselheiro Miguel informou que por recomendação da Anatel a Policia Federal  
78 está fechando varias Rádios Comunitárias no Pais, alegando que muitas delas são parceiras dos

79 movimentos sociais. O Vice-Presidente sugeriu que o assunto fosse repassado à Comissão de  
80 Articulação e Comunicação. Informou também que o Fórum Estadual DCA e o Fórum Estadual dos  
81 Direitos Humanos estiveram em audiência pública com o Presidente do Tribunal de Justiça do  
82 Estado da Bahia para tratarem das questões relacionadas ao registro civil, através de ampla  
83 mobilização; 11) O conselheiro Marcos informou sobre a Segunda Conferência Nacional dos  
84 Direitos Humanos, a realizar-se no Estado do Piauí, onde serão abordados temas relacionados a  
85 criança e adolescente. Serão homenageadas doze pessoas/entidades de relevância nacional e  
86 internacional voltadas para os direitos humanos, entre elas a CNBB e o MNMMR. Na oportunidade  
87 reforçou o convite aos que tem interesse de enviar artigos para publicação na 4º Revista dos  
88 Direitos Humanos da OAB. Informou também que esteve em Belo Horizonte a convite dos  
89 Maristas, onde visitou os programas de abrigo, internação, prestação de serviço à Comunidade e  
90 egressos e propôs a divulgação dessas experiências e a discussão sobre as dificuldades e acertos  
91 dessas ações. O Vice-Presidente José Fernando informou que participou da Conferência Estadual do  
92 Pará e da Conferência Municipal de Maceió-AL. A Conselheira Maria Izabel informou sobre o  
93 pedido do Fórum Colegiado dos Conselhos Tutelares para que os vinte e sete representantes dos  
94 Estados participem da V Conferência Nacional como convidados. O pedido foi debatido e  
95 **indeferido** pela plenária. **II – Debate sobre PPA 2004-2007, Orçamento 2004 e DRU**  
96 **(Desvinculação das Receitas da União)**, com a presença da Coordenação da Frente Parlamentar  
97 em Defesa da Criança e do Adolescente. Estiveram presentes a Senadora Patrícia Gomes – PPS/CE  
98 e a Deputada Federal Maria do Rosário – PT/RS. As Parlamentares informaram que não podiam  
99 efetivar o debate neste momento visto que no período da tarde haveria reunião da Frente  
100 Parlamentar com a participação do INESC, em comemoração ao dia da criança. A Deputada Maria  
101 do Rosário complementou que o debate só era importante a partir dos estudos do INESC. O  
102 CONANDA fora convidado a comparecer à reunião para juntos analisarem a proposta sobre o  
103 orçamento. A Deputada Maria do Rosário propôs que o CONANDA baixasse Resolução solicitando  
104 a exclusão do CONANDA da DRU e que a mesma não seja aplicada na área da criança e do

105 adolescente. A Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente Denise Paiva  
106 ressaltou que há necessidade de uma visão mais ampla sobre a questão do orçamento. Disse que o  
107 grande problema é o atendimento ao adolescente infrator e os vitimizados. Fez uma breve  
108 explanação do processo histórico e do esvaziamento do orçamento, tornando um círculo vicioso,  
109 pois se não há orçamento também não haverá execução. O Vice-Presidente propôs que todos  
110 participassem da reunião da Frente Parlamentar no período da tarde, tendo a sua proposta sido  
111 aprovada por todos. A conselheira Maria das Graças argumentou que esse debate deve acontecer  
112 também na plenária do CONANDA. O conselheiro Alessandro considerou o momento privilegiado  
113 e fundamental, pois o CONANDA deve se posicionar politicamente sobre o assunto. A Deputada  
114 Maria do Rosário considerou que há necessidade de uma mobilização social para se conseguir os  
115 avanços necessários e que sem essa mobilização se tornaria impossível a exclusão. Propôs que a  
116 área da criança e do adolescente se junte a outros movimentos como a educação e a saúde. A  
117 Senadora Patrícia ressaltou que havia solicitação dos governadores para desvinculação da DRU  
118 somente para área social. O conselheiro Cláudio indagou quais eram as possibilidades concretas do  
119 ponto de vista político de não se efetivar a desvinculação da DRU da área social, visto que a  
120 vinculação existente era uma conquista, após uma luta antiga para se garantir o mínimo de  
121 atendimento na área social. Alegou que há uma orientação do governo para que esses pontos não  
122 sejam alterados mesmo com a **não** aprovação da reforma tributária. O conselheiro informou que  
123 metade dos recursos do Fundo Nacional já estavam vinculados à fonte da DRU. Manifestou  
124 também a sua preocupação com a desestruturação de execução do reordenamento institucional dos  
125 órgãos que prestam atendimento ao adolescente em cumprimento das medidas socioeducativas, por  
126 falta de financiamento nesta área. A Deputada Maria do Rosário afirmou que será necessário o  
127 debate, mas que particularmente acha difícil a não aprovação da DRU dentro de um contexto  
128 macroeconômico. Salientou que não há posicionamento do Governo para que não se apresente  
129 emendas ao orçamento e que embora houvesse a Frente Parlamentar não estava atrelada à essas  
130 questões. Para ela a questão da criança e do adolescente é a da **prioridade absoluta**. A Senadora

131 Patrícia também afirmara que as posições da Frente Parlamentar são suprapartidária porque é uma  
132 posição marcada pela luta na defesa dos direitos de criança e adolescente. A tarefa e a  
133 responsabilidade da Frente são de uma grandeza muito maior. Deixou registrado a importância da  
134 parceria com o CONANDA e a articulação com a sociedade civil, alegando não haver nenhum  
135 imposição à Frente no sentido de apresentação de emendas ao orçamento. A conselheira Maria  
136 Izabel aproveitou a oportunidade para solicitar esclarecimentos sobre o andamento do Projeto de  
137 Lei sobre o 1º Emprego, visto que o PL não fora submetido à apreciação do CONANDA, embora  
138 em abril de dois mil e três fora apresentado de forma superficial ao Conselho. Naquela oportunidade  
139 foram levantados vários questionamentos e preocupações pela plenária e não considerados no  
140 Projeto de Lei. A Senadora Patrícia informou que o Projeto seria votado no Senado na tarde de hoje  
141 e que diante de compromissos assumidos pela CPI da Exploração Sexual a mesma não iria  
142 participar da votação. Solicitou que o CONANDA rerepresentasse as propostas ao seu Gabinete e  
143 que o fizesse um acompanhamento da matéria no Congresso. O Vice-Presidente agradeceu a  
144 presença das Parlamentares e reafirmou o convite aos conselheiros para que todos participassem da  
145 reunião no período da tarde no Congresso Nacional. **III – Trabalho de Grupo das Comissões**  
146 **Temáticas:** As Comissões Temáticas se reuniram no final da manhã e no início da tarde para  
147 tratarem de assuntos pertinentes as suas áreas de atuação.– No início do segundo dia o Presidente  
148 Nilmário abriu os trabalhos informando que recebera o relatório final da Comissão de Extermínio e  
149 parabenizou a qualidade e eficácia do trabalho da Comissão com a participação da conselheira  
150 Elisabete Borgianni O relatório será enviado ao Ministério Público visto que foram constatadas  
151 ações de extermínios e várias outras irregularidades. Informou que o lançamento do Plano de Ação  
152 Presidente Amigo da Criança fora adiado tendo em vista a necessidade de adequação do mesmo,  
153 esclarecendo que algumas ações não estavam inseridas no PPA, e que havia necessidade de uma  
154 análise mais aprofundada por parte do Ministério do Planejamento e tão logo fosse possível seria  
155 marcada nova data de lançamento. O Presidente falou da correspondência que havia assinado  
156 respondendo as questões surgidas no Seminário Internacional Sobre o Direito Penal Juvenil,

157 provocando grande polêmica junto a ABMP, e que a resposta de um ex-Juiz da Infância e da  
158 Juventude fora de indignação contra o CONANDA. Considerando o relacionamento CONANDA e  
159 ABMP, o Presidente propôs que o Conselho procurasse esclarecer o mal entendido. A conselheira  
160 Simone informou que na avaliação da ABMP o mal entendido fora mais no sentido de equívoco  
161 conceitual por parte do CONANDA e na forma da redação, onde afirmava que não era possível  
162 falar em direito penal juvenil, como se isso pudesse acender a questão do rebaixamento da idade  
163 penal e não se pudesse trabalhar a questão do garantismo. Na sua avaliação não deveria relativar a  
164 nomenclatura e sim o fundamento de forma harmoniosa que esta perpassando tanto no CONANDA  
165 como em outras instâncias. Houve sim, um estranhamento na forma de redação. Para o conselheiro  
166 Marcos não se pode colocar apenas como uma infelicidade de redação, pois de certa forma isso  
167 reforça algumas idéias que são colocadas no simbólico e no real e que diante as dificuldades que o  
168 Brasil esta passando para readaptação ao novo Código Civil, se faz necessário chamar a atenção que  
169 a expressão **direito penal juvenil** é no mínimo inadequada. O conselheiro Cláudio esclareceu que  
170 tendo em vista o Projeto Presidente Amigo da Criança ter sido deliberado pelo CONANDA,  
171 qualquer alteração no mesmo será necessário retornar ao Conselho para nova deliberação. Quanto a  
172 questão do direito penal juvenil, considerou importante resgatar e preservar as instituições que  
173 fizeram parte do processo para debater o Projeto de Lei de Medidas Socioeducativas através dos  
174 cinco encontro regionais; AMBP, FONACRIAD, SPDCA e CONANDA, para não macular o  
175 processo que está em andamento até hoje. Com relação à denominação, o conselheiro considerou  
176 tarefa para os estudiosos se posicionarem. O objetivo central foi o que o país inteiro apontou através  
177 das conclusões dos cinco Encontros Regionais, ou seja, a regulamentação da aplicação das medidas  
178 socioeducativas. Esclareceu ainda que o debate fora deliberado conjuntamente pelas instituições  
179 promotoras, por conta de equívocos e iniciativas isoladas que estavam surgindo. Informou que a  
180 minuta do Projeto de Lei já estava pronta e após deliberação será assinada pelas instituições  
181 promotoras. Ressaltou que a proposta fora construída pelo conjunto dos aplicadores do sistema, não  
182 concordando que a redação de um ofício vá destruir todo o processo. Esclareceu que foi feito uma

183 opção política em trabalhar o processo conjuntamente, por motivo da sua complexidade do ponto de  
184 vista político. Se forem dispersadas as forças quem perderá serão os adolescentes em cumprimento  
185 das medidas. Considerou perda de tempo a discussão de denominações, alegando que o que tem que  
186 ser feito é direcionar o produto construído para o caminho legal, por isso a minuta do Projeto de Lei  
187 terá ampla divulgação, além de ser realizada oficina para um posicionamento técnico do projeto que  
188 irá reordenar aplicação das medidas socioeducativas. A conselheira suplente Maria de Lourdes  
189 falou do Seminário Internacional sobre Direito Penal Juvenil e da experiência apresentada pela  
190 Fundação Abrinq de medidas soioeducativas. Com relação ao recebimento do Ofício, a conselheira  
191 informou que o Presidente da Fundação Abrinq ficou surpreso e pediu esclarecimentos do ponto de  
192 vista conceitual. A conselheira solicitou que o CONANDA fizesse ampla divulgação sobre o  
193 posicionamento do Conselho a fim de sensibilizar as entidades e esclarecer o “pano de fundo”  
194 dessas questões. No que tange ao Presidente Amigo da Criança lamentou o seu adiamento, alegando  
195 que o PPA e a LOA ainda estão em discussão podendo ampliar o orçamento e não retirar as ações.  
196 O Presidente Nilmário reafirmou as razões do Presidente da República só assinar o documento  
197 quanto estiver definido pelo Ministério do Planejamento e pelo Grupo Interministerial e que é  
198 apenas um adiamento temporário. No que diz respeito a ABMP concordou com as diferenças de  
199 pensamento dos seus integrantes e propôs que as divergências porventura surgidas fossem  
200 discutidas de maneira fraterna para não criar exasperação. Solicitou que se houver necessidade de  
201 reparações que fossem feitas preservando o caráter fraterno e cooperativo. A Conselheira Maria  
202 Izabel também lembrou a necessidade do Projeto Presidente Amigo da Criança retornar ao  
203 CONANDA para nova deliberação e que a proposta do envio do documento aos organizadores do  
204 Seminário Internacional fora deliberada pela plenária. O conselheiro Marcos propôs que o  
205 lançamento do Projeto fosse feito durante a V Conferência Nacional. O Vice-Presidente abordou  
206 dois pontos, sendo o primeiro relacionado ao número dos novos conselheiros, esclarecendo que a  
207 exposição de motivos enviada à casa Civil da Presidência da Republica constava a alteração do  
208 decreto de dez para quinze conselheiros governamentais, só que o novo decreto fora publicado com



209 quatorze representantes, necessitando de correções. O segundo ponto estava relacionando à  
210 comunicação da mudança do espaço físico da Secretaria Executiva do CONANDA, passando do  
211 quinto para o quarto andar, questionando se a dimensão do novo espaço atenderia as necessidades  
212 de trabalho do Conselho. Por fim solicitou informações sobre o andamento das contratações de  
213 pessoal técnico para suporte da Secretaria Executiva. O Presidente Nilmário argumentou que o  
214 decreto poderia ser corrigido. Quanto ao espaço físico ele não estava inteirado do assunto por  
215 motivo de sua viagem para o acompanhamento da relatora da ONU, se comprometendo dar retorno  
216 sobre o assunto. A conselheira Maria das Graças argumentou que o espaço físico tem muito a ver  
217 com os valores políticos que o órgão tem e que o CONANDA precisaria desse espaço, considerando  
218 a sua visibilidade. Ela solicitou que o Presidente estudasse o assunto com carinho. O Presidente fez  
219 uma breve explanação no que diz respeito ao problema do espaço físico existente no Ministério da  
220 Justiça com o aumento das ações da SEDH e do próprio ministério e se propôs equacionar o  
221 problema da melhor forma possível. Falou da sua primeira experiência em participação nas  
222 Conferências Estaduais, tendo participado das Conferências nos Estados de PE, GO, AC, MG, BA e  
223 DF. Fez uma avaliação positiva do processo de participação e mobilização, das retomadas e dos  
224 avanços existentes. No caso de São Paulo voltou a abordar a necessidade de se perseguir uma  
225 proposta de reunificação, de Plano de Ação capaz de superar aquela situação e sair daquele impasse  
226 e retornar o diálogo. A conselheira Elisabete complementou a fala do Presidente no que tange ao  
227 clima positivo dos Estados, alegando que nas representações que os conselheiros fazem, quer seja  
228 em eventos ou aos Conselhos de Direitos, Tutelares e/ou em outras instâncias, percebe-se que as  
229 militâncias retomaram o espírito participativo e mobilizador que existiu na época da Constituição e  
230 da concepção do Estatuto. Elogiou as iniciativas da SEDH na área dos direitos humanos e do  
231 Governo Lula em trazer a público as violações desses direitos, daí a importância de fortalecer as  
232 instâncias como o CONANDA e que esse fortalecimento passava pela estruturação do Conselho no  
233 que tange ao espaço físico e pessoal, considerando que nessas questões o CONANDA encontrava-  
234 se frágil. Para a conselheira o fortalecimento não se dá somente com a militância, mas com

235 militância e estrutura adequada. A conselheira Maria Izabel endossou as palavras das Conselheiras  
236 Elisabete e Maria das Graças que enfocaram a preocupação de todos os conselheiros, no sentido de  
237 fortalecimento do Conselho, com espaço físico e pessoal adequados. A conselheira enfatizou que o  
238 Presidente tem demonstrado isso nas suas falas e nas suas ações importantes enquanto Secretário  
239 dos Direitos Humanos e Presidente do CONANDA para firmatura de parcerias. Frizou que uma  
240 parcela significativa da sociedade e dos movimentos pela infância e juventude apostaram no Brasil  
241 com um governo democrático e popular, entretanto, se sentia preocupada com as constantes notícias  
242 de mudança de espaço físico da Secretaria Executiva, sendo que nesta última Assembléia suas  
243 preocupações haviam se concretizado, com a comunicação sobre a mudança de espaço físico.  
244 Ressaltou que o CONANDA quer participar das discussões e das decisões e não apenas ser  
245 informado. O conselheiro Suplente Welinton indagou ao Presidente sobre a situação dos novos  
246 conselheiros e a partir de quando eles assumirão seus mandatos como titulares. Com relação a  
247 questão do adolescente infrator no Estado de São Paulo, propôs uma intervenção mais direta do  
248 Presidente da Republica para resolvê-la. O conselheiro Cláudio argumentou que há sete anos faz  
249 parte do CONANDA e que toda vez que se fala em mudanças no Ministério o Conselho é o  
250 primeiro afetado. Reclamou da falta de diálogo, alegando que a situação apesar de ser  
251 administrativa tem contornos políticos substanciais para o CONANDA. Esclareceu que o Vice-  
252 Presidente fora comunicado sobre um assunto que desde a primeira reunião do ano vinha sendo  
253 discutido com o Presidente, com a indicação de que não se mudaria a instalação física do  
254 CONANDA. Considerou que o CONANDA não deve ser tratado dessa forma e com retrocessos,  
255 pois espaço físico também é configuração política. O conselheiro argumentou que o CONANDA e  
256 a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente são os órgãos responsáveis  
257 pela implantação e implementação do sistema de garantia de direitos, portanto, não gostaria de ver  
258 os espaços e a estrutura administrativa diminuídos. O Sr. José Eduardo disse que acompanha o  
259 CONANDA desde a sua criação, como funcionário da PUC/SP e como representante do Fórum  
260 Estadual DCA e sempre achou que o CONANDA deveria ser um espaço de multiplicação e

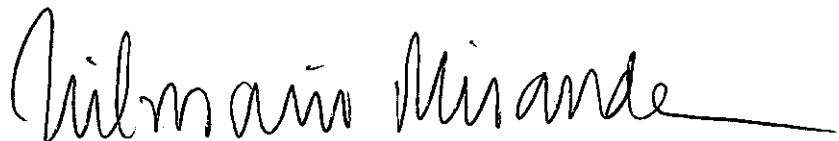
313 participar da V Conferência Nacional – Enviar Ofício com os devidos esclarecimentos;  
314 Recebimentos do Manual “Levantamento Nacional de Abrigos para Criança e Adolescentes – IPEA  
315 em Convênio ANPEC/CONANDA/FNCA. Solicitar exemplares para todos os conselheiros;  
316 recebimento de documento do Poder Judiciário – SP – Vara Distrital de Aguai, sobre fatos  
317 relacionados à prostituição infantil naquele município – Enviar copia do documento à CPMI da  
318 Violência e Exploração Sexual e comunicar aos Juiz e Promotor de Justiça os encaminhamentos  
319 propostos; Solicitação de reunião com o CONANDA pela Fundação Banco do Brasil, e CEF para  
320 tratar questões relacionadas ao Programa Adolescente Trabalhador. Foi agendada reunião da  
321 Comissão com aquela Fundação no dia quatro de novembro às onze horas. 2) **Comissão de**  
322 **Orçamento e Finanças/Medidas Socioeducativas** – O conselheiro Jessimar fez o relato dos  
323 trabalhos como segue: a) apresentação do documento “Projeto de Lei de Aplicação das Medidas  
324 Socioeducativas”, elaborado a partir dos cinco encontros regionais e duas oficinas nacionais,  
325 realizadas pelo CONANDA, ABMP, DCA e **Fonacriad**. A Comissão propôs a realização de  
326 Oficina no próximo dia vinte e sete, com a participação de consultores a serem indicados pelo  
327 CONANDA, DCA, ABMP e **Fonacriad**; b) denuncia da Sra. Janis Magalhães, sobre o estupro e  
328 assassinato de sua filha, cujo corpo fora encontrado após quinze dias do desaparecimento; c) pedido  
329 de aditamento do convênio com o Estado de Rondônia, face a necessidade de reestruturação do  
330 projeto inicial. O novo projeto arquitetônico já fora apresentado à Comissão, estando faltando  
331 justificativa, plano de trabalho, certidões negativas e termo de compromisso da Secretaria de  
332 Educação para construção das oficinas e das salas de aulas; d) apresentação de relatório de visita ao  
333 Estado de Alagoas pela Sra. Juliana/Assessora Técnica SPDCA e o Sr. Francisco/Assessor  
334 Técnico/Secretaria Executiva, contendo relato sobre a situação naquele Estado, Durante a visita  
335 foram verificadas várias denuncias sobre maus tratos e condições inadequadas de atendimento, além  
336 de alimentação insuficiente, ausência de trabalho educativo e monitores armados. O Estado ainda  
337 não elaborou o seu Plano Estadual de Atendimento às medidas socioeducativas, solicitando o apoio  
338 do CONANDA para faze-lo. A Comissão considerou importante uma discussão envolvendo a

339 Secretaria de Segurança Pública e a Direção do CONANDA na busca de soluções; e) visita ao  
340 Estado do Paraná pela engenheira da SPDCA e da Técnica Nariam do CONANDA para supervisão  
341 ao Convênio, objetivando o encerramento da prestação de contas; f) apresentação do relatório  
342 sintético da audiência pública realizada na cidade de Santos –SP, que teve como objeto de análise a  
343 situação precária em que se encontra a Delegacia da Infância e da Juventude. O Sr. Paulo Marques  
344 fez um breve histórico da situação ressaltando a proposta da Febem – SP à Prefeitura Municipal  
345 para construção de uma Unidade do NAI no município, nos mesmos moldes de São Carlos. O  
346 Município já conta com o Programa de Liberdade Assistida. A conselheira Elisabete participou da  
347 audiência pública e complementou as informações ressaltando a importância da participação do  
348 CONANDA na referida audiência; g) O Sr. Vicente Falqueto esteve no Piauí e informou que a  
349 unidade de atendimento ao adolescente infrator já estava pronta porém foram verificadas falhas no  
350 sistema de contenção, pessoal despreparados e falta de equipamentos. O conselheiro Alessandro irá  
351 visitar a Unidade para analisar o Projeto Pedagógico e emitir parecer, para formalização de  
352 convênio para aquisição de equipamentos à Unidade. A plenária decidiu que somente deve repassar  
353 os recursos após a inauguração da referida obra; o Estado de Pernambuco encaminhou ofício  
354 comunicando a alienação de um imóvel de sua propriedade, em Caruaru, onde esta sendo executada  
355 reforma da Unidade de atendimento de adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas  
356 em Convênio com o CONANDA/FNCA. Foi deliberado o envio do documento à Consultoria  
357 Jurídica da Presidência da República para parecer sobre o assunto e informar o Estado sobre as  
358 providências adotadas; h) indisponibilidade dos recursos do Fundo Nacional para a Criança e o  
359 Adolescente, alocados nas Fontes cem e cento e cinquenta, estando somente disponíveis os recursos  
360 da fonte cento e noventa e seis doados pela Petrobrás. Foi proposto e aprovado que o Presidente  
361 Nilmário faça intermediações junto aos setores competentes para a liberação dos recursos  
362 bloqueados. O Sr. José Eduardo argumentou que os recursos doados pela Petrobrás são para  
363 fortalecer o CONANDA e as estruturas do Estado como a SPDCA e o próprio CONANDA. Por se  
364 tratar de assunto que merece uma discussão mais acurada, o Vice-Presidente propôs que essa

365 discussão fosse agendada em outro momento; i) foi apresentado parecer de dois projetos recebidos  
366 pela Comissão de Chancela que estavam com pendências sendo um da Associação Desportiva  
367 Classista BCN/SP e o outro da Fundação Padre Leonel França/RJ, tendo sido aprovado pela  
368 plenária apenas o segundo projeto; j) o Sr. Paulo Marques da SPCA propôs a criação do Programa  
369 de Proteção para Criança e Adolescente, sugerindo a criação de Grupo de Trabalho para elaboração  
370 de projeto de lei a ser enviado ao Congresso Nacional. Para compor o Grupo de Trabalho foram  
371 indicados os conselheiros Marcos e Simone, com reunião agendada para o dia quatro de novembro  
372 próximo, no período integral; l) recebimento de proposta de parceria com a Telemig, sendo que o  
373 conselheiro e Coordenador da Comissão Cláudio Augusto ficara responsável pela análise da  
374 proposta. O assunto foi amplamente debatido pela plenária que manifestou algumas preocupações  
375 como o estabelecimento de critérios claros dessas parcerias. Diante disso o Vice-Presidente propôs  
376 e **foi aprovado** reunião no dia quatro de novembro às quatorze horas, com a participação da  
377 Comissão de Orçamento e Finanças, Comissão de Articulação e Comunicação, Sr. José Eduardo,  
378 Sra. Denise Paiva, Sra. Cristina Albuquerque e Sra. Antonia Puertas Jimenez, para discutir assuntos  
379 relacionados as parcerias com a Petrobrás, Chesf, Furnas, Telemig e Banco do Brasil. **3) Comissão**  
380 **de Articulação e Comunicação** – A conselheira Laura fez o relato dos trabalhos abordando os  
381 pontos, que seguem: a) recebimento Carta-Ofício do CMDCA de Macaé – RJ solicitando audiência  
382 com o Presidente do CONANDA para apresentar projetos e firmar parcerias. A solicitação foi  
383 repassada ao Presidente do CONANDA; b) recebimento de convite para participar do II Congresso  
384 Sul Brasileiro dos Conselhos Tutelares e CMDCA's a realiza-se no mês de outubro na cidade de  
385 Camburiú – SC e o documento “de Ação e Atuação dos Conselhos Tutelares de Santa Catarina; c)  
386 recebimento de Ofício da Promotoria de Justiça da Câmara de São José de Mipibu –RN,  
387 informando sobre o arquivamento de Autos de Representação e Atendimento proposto por oito  
388 pessoas contra a Presidente do CMDCA sobre a argumentação de que o Edital do processo de  
389 escolha para o Conselho Tutelares, apresentava visíveis defeitos. A justificativa do aditamento a  
390 representação sobre a candidatura de três pessoas com idade inferior a vinte e um anos por

391 contrariar a Resolução setenta e cinco e oitenta e oito do CONANDA. O Promotor entendeu que em  
392 face da mudança da maioria civil, deverá haver exclusão quanto a previsão contida no art. 133,  
393 inciso II do ECA. Defende que os três membros são universitários, portanto, com capacidade  
394 intelectual e desejo de trabalhar pela causa. Alega que o Código Civil não fez menção às normas  
395 que com ele colidem e por isso a omissão legislativa obrigará o aplicador do direito a usar de  
396 sutileza de raciocínio para coibir a falta. O assunto foi amplamente debatido. Foi sugerido solicitar  
397 parecer sobre o assunto à Advocacia Geral da União; d) recebimento de denúncia contra a  
398 Presidente do CMDCA do Município de Bertioga, por ter deixado o município não participar da  
399 Conferência Estadual pelo fato da Presidente não ter solicitado verbas para garantir a participação,  
400 sugerindo punições. Encaminhar a denúncia ao Conselho Estadual para as providências cabíveis; e)  
401 recebimento de ofício do Conselho Tutelar de Vitória de Santo Antão –PE, tratando de vários  
402 assuntos: autonomia do CT; falta de recursos financeiros para execução das políticas para criança e  
403 adolescentes; descaso dos chefes do Poder Executivo; falta de estrutura para funcionamento dos  
404 Conselhos Tutelares; falta de intervenção do CONANDA para mudar essa realidade; os Conselhos  
405 Municipais julgam ser responsáveis pela administração dos Conselhos Tutelares; falta de  
406 conhecimento das atribuições dos Conselhos Tutelares ao assumir as funções; falta de pessoas  
407 preparadas para ministrar capacitação aos CT's; conselheiro Tutelar realizando blitz portando  
408 arma; Juizes e Promotores não conhecem as atribuições dos Conselhos Tutelares; os Conselhos  
409 Tutelares dividem espaço físico com o CMDCA; aquisição de bem e materiais de trabalho com  
410 recursos da remuneração salarial; o Conselho de Direitos é composto por entidade inexistente; o  
411 Conselho Estadual forneceu computadores quebrados, faltando peças, com programas  
412 pornográficos, porém, com notas fiscais de equipamentos novos. Informam que estão enviando  
413 abaixo assinado ao Presidente da República para as providências e sugerindo capacitação e  
414 elaboração de normas. A Comissão propôs enviar Ofício ao Procurador Geral de Justiça e ao  
415 Conselho Estadual, com cópia da denúncia, para as providências necessárias; f) recebimento de  
416 denúncia do município de São Paulo do Potengi –RN, informando que os problemas que chegam ao

417 Conselho Tutelar como por exemplo estupro não têm solução eficaz, solicitando visita "in-loco".  
418 Foi aprovado enviar o documento ao Ministério Público local, Conselho Estadual e Conselho  
419 Municipal, para conhecimento e providência. g) recebimento de denúncia de existência de quadrilha  
420 de produção de material pornográfico infantil no Brasil. O denunciante informa possuir provas  
421 concretas periciadas pelo Instituto de Criminalística do Paraná, onde são usadas crianças de dois e  
422 três anos; h) recebimento de relatório Institucional RBS 2003/2003, da Fundação Mauricio Sirotsky  
423 Sobrinho. Essa Fundação dedica-se a defesa dos direitos de criança e adolescentes. A Comissão  
424 propôs e foi aprovado convidar a instituição para apresentar ao Colegiado a Campanha Contra  
425 Violência e o site "Minha Cidadania"; i) recebimento de e-mail da Sra. Elisângela Mendes/SEDH  
426 encaminhando ficha de denúncias para análise da Comissão. Essa ficha será utilizada pelo Disque  
427 Denúncias de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Foi informado os trabalhos  
428 que estão sendo realizados para ampliação do Call Center; j) recebimento de Projeto da ANDI,  
429 objetivando a renovação do Convênio entre CONANDA/FNCA/ANDI. Após discussão da proposta  
430 foi deliberado novos contatos da Comissão com a ANDI. No segundo dia de trabalho da  
431 Assembléia houveram varias manifestações de indignação dos conselheiros não governamentais  
432 pela ausência total dos conselheiros governamentais (apenas alguns momentos haviam um ou dois  
433 conselheiros presentes). Nada mais havendo a tratar, o Vice Presidente encerrou a Assembléia. E  
434 para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo  
435 Colegiado será assinada pelo Presidente do CONANDA.



436 Nilmário Miranda

437 Presidente do CONANDA

438